

**Data e horário
da prova:**

Domingo

19/01/2014

9 horas

Realização

Cargo 101 – Analista Técnico – Auditoria

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** das **provas objetiva e discursiva** contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - um **cartão de respostas** ótico personalizado; e
 - uma **folha de respostas da prova discursiva**.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e as codificações do **cartão de respostas** ótico e da **folha de respostas da prova discursiva** estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Lágrimas não são argumentos.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as **provas objetiva e discursiva**, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico e o preenchimento da **folha de respostas da prova discursiva**.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** da prova objetiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início das provas.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** e a **folha de respostas da prova discursiva** devidamente assinados.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas da prova objetiva** e na **folha de respostas da prova discursiva**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente. Marque as respostas assim: ●

QUESTÃO 31

A respeito do trâmite de elaboração e acompanhamento do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas (PAINT), das entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O PAINT do exercício seguinte deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração ou por instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, pelo dirigente máximo da entidade até o último dia útil do mês de novembro de cada ano.
- (B) As unidades de controle da Controladoria Geral da União (CGU) e os órgãos setoriais restituirão a proposta de PAINT à entidade no prazo máximo de 20 dias corridos a contar do seu recebimento.
- (C) As unidades de controle da CGU e os órgãos setoriais, ao restituírem a proposta de PAINT à entidade, devem recomendar, quando for o caso, a inclusão de ações de auditoria interna não programadas pela entidade e devem informar um novo prazo para reapresentação da proposta.
- (D) A proposta de PAINT será submetida à análise prévia da CGU, ou dos respectivos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno que fiscalizam a entidade, até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.
- (E) O PAINT, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração ou por instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, pelo dirigente máximo da entidade, será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno até o dia 30 de dezembro do exercício anterior ao de sua execução.

QUESTÃO 32

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade das Demonstrações Contábeis em vigor, e considerando os exames de quaisquer demonstrações contábeis realizados pela auditoria independente no que se refere à finalidade, à confidencialidade, à custódia e à propriedade dos papéis de trabalho, é correto afirmar que

- (A) o auditor deve adotar procedimentos apropriados para manter a custódia dos papéis de trabalho pelo prazo de dois anos, a partir da data de emissão do respectivo parecer.
- (B) a publicidade dos papéis de trabalho é dever permanente do auditor.
- (C) os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor.
- (D) as partes ou os excertos dos papéis de trabalho podem, independentemente da concordância do auditor, ficar à disposição da sociedade.
- (E) os papéis de trabalho são elaborados, estruturados e organizados para atenderem às circunstâncias do trabalho e satisfazerem as necessidades da entidade contratada.

QUESTÃO 33

No Brasil, desde 2002, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) está atuando para adequar os próprios instrumentos normativos e implementar efetivamente a supervisão baseada em riscos. Acerca desse tema, assinale a alternativa que apresenta as diretrizes de supervisão baseada em riscos que a SUSEP adotou com o objetivo de preservar a solvência e a capacidade econômico-financeira das entidades supervisionadas.

- (A) Divulgar e implementar a cultura de riscos; monitorar os controles internos das empresas; e, monitorar a adequação de capital, o passivo atuarial e a qualidade dos ativos.
- (B) Divulgar a política de controles internos das empresas; monitorar o volume dos ativos; e, divulgar o cenário econômico nacional e o internacional e os respectivos efeitos sobre o mercado.
- (C) Implementar a cultura de controle e de governança; monitorar o gerenciamento de problemas das empresas; e, monitorar a adequação de capital e o passivo atuarial.
- (D) Acompanhar o cenário econômico nacional e o internacional e os respectivos efeitos sobre o mercado; divulgar e implementar a cultura de governança corporativa; divulgar a política de controles internos das empresas; e, monitorar a adequação de capital e o passivo atuarial.
- (E) Orientar e regulamentar diretrizes de governança corporativa; divulgar a política de controles internos das empresas; definir diretrizes de gerenciamento de riscos; e, monitorar o passivo atuarial e a qualidade dos ativos.

QUESTÃO 34

Na concepção do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), a supervisão baseada em riscos é atividade

- (A) de controle interno das entidades fechadas de previdência complementar quanto à sua exposição a riscos.
- (B) de fiscalização das condutas, dos agentes e dos procedimentos utilizados na identificação, na medição e na prevenção de riscos a que estão expostas as entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) de fiscalização e de medição de riscos das diversas entidades de previdência complementar, de modo que sejam estabelecidas diretrizes mais concretas à fiscalização e à imposição de sanções.
- (D) de fiscalização e de auditoria com foco em riscos das entidades fechadas de previdência complementar supervisionadas.
- (E) do órgão fiscalizador, em todas as suas atribuições: supervisionar de forma direta e indireta o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar quanto à sua exposição a riscos.

QUESTÃO 35

Com relação à tendência dos padrões contábeis internacionais, é correto afirmar que, atualmente, a legislação previdenciária brasileira

- (A) diverge no que diz respeito à tendência de supervisão baseada em riscos.
- (B) converge no que diz respeito à ausência da necessidade de evidenciação do passivo atuarial pelas patrocinadoras de fundos de pensão.
- (C) difere nas preocupações quanto à necessidade de contabilização dos benefícios de aposentadoria e pensão aos empregados e aos dependentes deles nas entidades patrocinadoras de fundos de pensão.
- (D) converge no entendimento quanto à irrelevância da divulgação de informações sobre benefícios a empregados nas demonstrações contábeis das patrocinadoras de fundos de pensão.
- (E) converge em muitos aspectos no grau de harmonização entre as normas norte-americanas, internacionais e a brasileira.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa correta quanto ao objetivo do Guia de Melhores Práticas Contábeis, elaborado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

- (A) Orientar sobre a descrição de eventos, que possuem potencial impacto sobre os resultados futuros, em notas explicativas.
- (B) Oferecer diretrizes para o processo de elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).
- (C) Apresentar as boas práticas utilizadas pela PREVIC na contabilidade do modelo de supervisão baseada em riscos (SBR).
- (D) Definir melhores práticas de elaboração das demonstrações contábeis realizadas por dirigentes, participantes, assistidos, patrocinadores, instituidores e prestadores de serviço.
- (E) Descrever detalhadamente os procedimentos necessários para adoção das melhores práticas de elaboração dos relatórios contábeis, com a finalidade de garantir a qualidade e a transparência de informações publicadas pelas entidades.

QUESTÃO 37

Acerca do regime jurídico dos contratos administrativos, instituídos sob a luz da Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) A subcontratação total da obra ou do serviço é possível.
- (B) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
- (C) Em nenhuma hipótese, é possível a contratação parcial da obra ou do serviço; a execução é unicamente do contratado.

- (D) Não é admitida a rescisão unilateral do contrato.
- (E) As cláusulas econômico-financeiras poderão ser alteradas sem necessidade de concordância do contratado.

QUESTÃO 38

No que diz respeito ao custeio dos planos de benefícios, conforme a Lei Complementar nº 108/2001, a despesa administrativa da entidade de previdência complementar atenderá a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador. Considerando o teor dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultada aos patrocinadores a cessão de pessoal às entidades de previdência complementar que patrocinam, desde que ressarcidos os custos correspondentes.
- (B) É vedada a previsão de aporte de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, sem contrapartida do patrocinador.
- (C) É permitido que a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios exceda a do participante.
- (D) É permitido ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.
- (E) É de responsabilidade do governo, do patrocinador e dos participantes o custeio dos planos de benefícios.

QUESTÃO 39

Quanto às ações de combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, as entidades de previdência complementar deverão

- (A) manter cadastros e registros dos participantes durante o período mínimo de 20 anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação; prazo este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.
- (B) manter cadastro atualizado de todos os respectivos participantes no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).
- (C) dar publicidade das operações de valores superiores a R\$ 10.000,00, realizadas pela entidade.
- (D) adotar políticas, procedimentos e controles internos compatíveis com seu porte e volume de operações.
- (E) manter registro de todas as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro.

QUESTÃO 40

Qual é a modalidade de licitação em que o prazo mínimo para recebimento das propostas é de cinco dias úteis?

- (A) Concorrência.
- (B) Convite.
- (C) Concurso.
- (D) Tomada de preços.
- (E) Leilão.

QUESTÃO 41

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, um dos princípios básicos da governança corporativa é o(a)

- (A) respeito à diversidade.
- (B) clima organizacional.
- (C) administração participativa.
- (D) equidade.
- (E) integridade dos administradores.

QUESTÃO 42

Com relação à Resolução MPS/CGPC nº 13/2004, assinale a alternativa correta.

- (A) O desenvolvimento de uma cultura que enfatize e demonstre a importância dos controles internos é competência exclusiva da Diretoria-Executiva, cabendo ao Conselho Fiscal atuar apenas repressivamente, quando verificada a ocorrência de infração à legislação.
- (B) O papel dos membros do Conselho Fiscal deve voltar-se, primordialmente, à defesa dos interesses dos assistidos que os elegeram.
- (C) Mesmo sendo imprescindível a competência técnica e gerencial de conselheiros, diretores e empregados para o exercício das respectivas funções, o estatuto ou o regimento interno da entidade poderá prever que o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal contratem serviços de terceiros, em caráter eventual.
- (D) Não é competência do Conselho Fiscal analisar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios à política de investimentos e a aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas pela entidade.
- (E) As regras que disciplinem sobre as próprias reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como acerca dos respectivos sistema de deliberação e modo de substituição temporária de seus membros, devem constar do estatuto da entidade fechada de previdência complementar.

QUESTÃO 43

Com base na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta um caso de dispensa de licitação.

- (A) Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (B) Contratação de serviços de publicidade e divulgação.
- (C) Contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (D) Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) Venda de ações, na alienação de bens móveis, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.

Figura para responder as questões 44 e 45.



INSTITUTO Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. São Paulo: IBGC, 2009, p.16.

QUESTÃO 44

A respeito das melhores práticas para minimização de potencial conflito de interesse entre as instâncias representadas nessa figura, é recomendado

- (A) que os executivos monitorem e administrem potenciais conflitos de interesses entre conselheiros da administração e dos sócios, de forma a evitar o mau uso dos ativos da organização e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.
- (B) definir claramente os papéis e as responsabilidades associadas aos mandatos de todos os agentes de governança.
- (C) manter dependência entre conselheiros de administração, sócios e auditores, de forma a garantir a integração entre eles.
- (D) que os conselheiros, assim como os executivos, mantenham lealdade entre si e a totalidade dos sócios, e não apenas com aqueles que os elegeram.
- (E) a criação de fóruns de compartilhamento de alçadas de decisão entre as instâncias, com o objetivo de minimizar possíveis conflitos de interesse.

QUESTÃO 45

No sistema de governança corporativa representado na figura, quantos são os órgãos de auditoria e fiscalização?

- (A) Dois.
- (B) Três.
- (C) Quatro.
- (D) Cinco.
- (E) Seis.

QUESTÃO 46

Considerando os princípios, as regras e as práticas de governança das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), dispostos na Resolução MPS/CGPC nº 13/2004, assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição de um código de ética e conduta, bem como sua ampla divulgação, inclusive aos participantes e assistidos e às partes relacionadas, é obrigatória.
- (B) A contratação de serviços especializados de terceiros exige os integrantes dos órgãos de governança e gestão das EFPC das responsabilidades previstas em lei.
- (C) O estatuto ou o regimento interno deve prever que o Conselho Deliberativo contrate serviços especializados de terceiros em caráter eventual.
- (D) As EFPC podem prescindir da competência técnica dos diretores, desde que contratem profissionais especializados para darem suporte às atividades por eles geridas.
- (E) Os conselheiros, diretores e empregados das EFPC devem se orientar pela defesa dos direitos dos participantes e assistidos dos planos de benefícios que operam.

QUESTÃO 47

Um estatuto é um ato constitutivo que estrutura formalmente uma entidade e representa o contrato interno que dispõe sobre a organização e a gestão da entidade. Com base nessa informação, é correto afirmar que o estatuto de uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC) deve prever

- (A) os preceitos éticos e morais esperados dos membros dos órgãos estatutários.
- (B) o organograma, a estrutura e o plano de cargos e salários da EFPC.
- (C) a forma de acesso, duração e término do mandato dos membros dos órgãos estatutários.
- (D) as atribuições e a composição da Diretoria Deliberativa e do Conselho Consultivo.
- (E) as políticas, as diretrizes estratégicas e os objetivos da EFPC.

QUESTÃO 48

Em relação à hipótese de inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (B) Venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública.
- (C) Alienação de imóveis para atender a programas habitacionais de interesse social.
- (D) Guerra ou grave perturbação da ordem.
- (E) Aquisição de bens destinados às pesquisas científica e tecnológica, com recursos concedidos pela Capes, pela FINEP e pelo CNPq.

QUESTÃO 49

Para cobertura de responsabilidade civil, penal ou administrativa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados ou ex-empregados, observando o disposto na regulamentação das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser assegurado pelo Conselho Deliberativo, inclusive por meio de contratação de seguro, o custeio da defesa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados da EFPC, em processos administrativos e judiciais, decorrentes de ato regular de gestão.
- (B) É permitida a contratação de seguro para cobertura de responsabilidade civil de dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados da EFPC, desde que decorrentes de ato regular de gestão, cujo prêmio implique exclusivamente ônus financeiro direto para a entidade e não afete planos de benefícios por ela operados.
- (C) Poderá ser contratado seguro para cobertura de responsabilidade civil, penal ou administrativa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados da EFPC, desde que o prêmio implique apenas ônus financeiro direto para os planos de benefícios por ela operados.
- (D) É permitida a contratação de seguro para cobertura de responsabilidade administrativa para ex-dirigentes e ex-empregados da EFPC, desde que decorrentes de ato regular de gestão.
- (E) É proibida a contratação de seguro para cobertura de prejuízos e de gastos com a defesa, decorrentes de atos de gestão de dirigentes e ex-dirigentes da EFPC, originados de responsabilidade civil, penal ou administrativa.

QUESTÃO 50

Considerando que a Lei nº 8.666/1993 estabelece as modalidades de licitação, assinale a alternativa que indica essas modalidades.

- (A) Tomada de preço e menor preço.
- (B) Melhor técnica e pregão.
- (C) Maior lance e convite.
- (D) Concorrência e concurso.
- (E) Melhor técnica e concorrência.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no tema apresentado.

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Previdência complementar

A previdência complementar é um benefício opcional, que proporciona ao servidor um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. No Brasil, a previdência complementar é composta por entidades abertas e fechadas.

Disponível em: <<http://www.funpresp.com.br>>, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da atividade de supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e os planos de benefícios por elas administrados. O texto deverá abordar, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) aspectos gerais sobre a atividade de supervisionar as EFPC;
- b) a adoção da metodologia de supervisão baseada em riscos nas EFPC brasileiras;
- c) as leis e os regulamentos brasileiros relacionados ao tema.

Área livre – Rascunho na página seguinte

Rascunho

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	